

DIÁRIO DA REPÚBLICA

S U M Á R I O

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 144/89:

Autoriza a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., a cunhar uma moeda comemorativa do centenário do nascimento de Amadeo de Souza-Cardoso com o valor facial de 100\$ 1812

Ministérios das Finanças e da Justiça

Portaria n.º 315/89:

Aprova o Regulamento da Formação para o Pessoal Técnico-Profissional do Centro de Identificação Civil e Criminal 1813

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 316/89:

Institui uma ajuda ao leite escolar para vigorar no continente durante o ano de 1989 1815

Ministérios das Finanças e da Educação

Portaria n.º 317/89:

Alarga a área de recrutamento para o provimento do cargo de director dos serviços operativos dos Serviços Sociais da Universidade do Porto 1816

Portaria n.º 318/89:

Cria no quadro único dos organismos e serviços centrais do Ministério da Educação um lugar de assessor principal 1817

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Portaria n.º 319/89:

Estabelece os custos máximos de construção e os valores máximos de venda por metro quadrado de área bruta, por tipologias e zonas, das habitações promovidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, no âmbito de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH) 1817

Portaria n.º 320/89:

Estabelece os empréstimos a conceder ao abrigo de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH) 1817

Ministérios das Finanças e da Saúde

Portaria n.º 321/89:

Altera o quadro de pessoal do Hospital Distrital de Bragança na parte referente à carreira médica hospitalar 1818

Ministérios das Finanças e do Comércio e Turismo

Portaria n.º 322/89:

Cria um lugar de subdirector-geral no quadro de pessoal da Direcção-Geral do Comércio Externo 1818

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Despacho Normativo n.º 39/89:

Estabelece normas relativas à utilização de dotações do Orçamento do Estado no âmbito do programa de financiamento de construção e aquisição de sedes de juntas de freguesia 1819



Ministério da Justiça**Portaria n.º 323/89:**

Cria as Conservatórias do Registo Predial e Comercial de Aljezur, da Nazaré e de Óbidos 1819

Ministério dos Negócios Estrangeiros**Portaria n.º 324/89:**

Altera o mapa de pessoal assalariado do Consulado de Portugal em Orleães 1819

Avisos:

Torna público ter, em 28 de Março de 1989, a Suécia assinado e ratificado com reservas uma declaração à Convenção Europeia sobre o Reconhecimento e Execução das Decisões em Matéria de Guarda das Crianças e o Restabelecimento da Guarda das Crianças, de 20 de Maio de 1980 1820

Torna público terem os Governos de Singapura, da República Democrática Alemã e do Listenstaina depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas os seus instrumentos de acesso ao Protocolo de Montreal sobre as Substâncias Que Empobrecem a Camada de Ozono, nos dias 5 de Janeiro de 1989, 25 de Janeiro de 1989 e 8 de Fevereiro de 1989, respectivamente 1820

Torna público ter o Governo da Venezuela depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas o seu instrumento de ratificação do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias Que Empobrecem a Camada de Ozono, no dia 6 de Fevereiro de 1989 1820

Torna público terem os Governos de Singapura, da República Democrática Alemã, do Listenstaina e do Panamá depositado os seus instrumentos de acesso à Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, nos dias 5 de Janeiro de 1989, 25 de Janeiro de 1989, 8 de Fevereiro de 1989 e 13 de Fevereiro de 1989, respectivamente 1820

Torna público ter a Turquia depositado a 12 de Janeiro de 1989, junto do Governo Belga, os instrumentos de adesão à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança de Navegação Aérea EUROCONTROL, de 13 de Dezembro de 1960, emendada pelo Protocolo de 12 de Fevereiro de 1981, e ao Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, de 12 de Fevereiro de 1981 1820

Torna público ter a Grécia depositado a 15 de Julho de 1988, junto do Governo Belga, os instrumentos de adesão ao Protocolo de 12 de Fevereiro de 1981, que emenda a Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança de Navegação Aérea EUROCONTROL, de 13 de Dezembro de 1960, e ao Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, de 12 de Fevereiro de 1981 1820

Torna público ter a Espanha assinado em 21 de Março de 1989 o Acordo do Conselho da Europa sobre a Transladação de Corpos de Pessoas Falecidas, de 26 de Outubro de 1963 1820

Ministério da Saúde**Portaria n.º 325/89:**

Aprova as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) em relação a todos os subsistemas de saúde. Revoga a Portaria n.º 918/87, de 2 de Dezembro 1820

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**Decreto-Lei n.º 144/89**

de 4 de Maio

Tendo decorrido em 1987 o centenário do nascimento do pintor Amadeo de Souza-Cardoso, considerado como o precursor da arte moderna portuguesa, considera-se da maior oportunidade assinalar a efeméride com a emissão de uma moeda comemorativa.

Foi ouvido o Banco de Portugal, nos termos do n.º 12 da sua lei orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 644/75, de 15 de Novembro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — É autorizada a cunhagem pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., de uma moeda comemorativa do centenário do nascimento do pintor Amadeo de Souza-Cardoso com o valor facial de 100\$.

2 — A moeda referida no número anterior será cunhada em liga de cuproníquel 75/25, com 34 mm de diâmetro e 16,5 de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1,5%, no título e no peso, e terá bordo serrilhado.

Art. 2.º — 1 — A gravura do anverso apresenta, no lado esquerdo do campo, o escudo das armas nacionais de formato estilizado, tendo por baixo o valor facial de «100 escudos», no lado direito uma composi-

ção alegórica à pintura do artista e na orla superior a legenda «República Portuguesa».

2 — A gravura do reverso apresenta, no campo, a efígie do pintor de frente e uma composição alegórica à pintura do artista, na parte inferior do campo as datas «1887.1918», do lado direito e era «1987» e na orla superior a legenda «Pintos Amadeo de Souza-Cardoso».

Art. 3.º — O limite da emissão desta moeda comemorativa é fixado em 84 500 000\$.

Art. 4.º — 1 — Dentro do limite estabelecido no número anterior, a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., é autorizada a cunhar até 30 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento «brilhante não circulado» (BNC) e até 15 000 espécimes numismáticos de prata com acabamento «prova numismática» (proof), destinados a comercialização, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/88, de 19 de Maio.

2 — Os espécimes numismáticos de prata referidos no número anterior serão cunhados em liga de prata 925/1000, com o diâmetro de 34 mm, peso de 16,5 g e bordo serrilhado, sendo as tolerâncias no peso e na liga de mais ou menos 5‰.

Art. 5.º Dos lucros desta amodação 20 000 contos são postos pelo Ministério das Finanças à disposição da Secretaria de Estado da Cultura para fazer face aos encargos relacionados com o Museu de Arte Moderna, no Porto, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 293/86, de 12 de Setembro.

Art. 6.º A moeda destinada a distribuição pública pelo respectivo valor facial é posta em circulação pelo Estado por intermédio e sob requisição do Banco de Portugal.

Art. 7.º A moeda cunhada ao abrigo deste diploma tem curso legal, mas ninguém poderá ser obrigado a receber, em qualquer pagamento, mais de 1000\$ nesta moeda.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Abril de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

Promulgado em 20 de Outubro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 25 de Abril de 1989.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA JUSTIÇA

Portaria n.º 315/89

de 4 de Maio

Mostra-se da maior conveniência que o ingresso na carreira do pessoal técnico-profissional do Centro de Identificação Civil e Criminal (CICC) fique condicionado à frequência, com aproveitamento, de cursos de formação profissional, de acordo, aliás, com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

Por outro lado, também a transição para esta carreira do pessoal administrativo do actual quadro deve estar condicionada à obtenção de formação profissional específica, tendo em vista o conteúdo funcional da carreira, nos termos que constam da declaração publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 225 (2.º suplemento), de 30 de Setembro de 1987, com referência à Portaria n.º 774/87, de 7 de Setembro.

Não se encontrando definidas as condições em que decorrerá aquela formação, a ministrar pelo CICC, torna-se necessário estabelecer a sua regulamentação.

Assim:

Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Justiça, o seguinte:

1.º É aprovado o Regulamento da Formação para o Pessoal Técnico-Profissional do Centro de Identificação Civil e Criminal, anexo à presente portaria e que dela faz parte integrante.

2.º O curso em que se traduz esta formação é reconhecido como habilitação adequada ao ingresso na carreira técnica auxiliar do CICC.

Ministérios das Finanças e da Justiça.

Assinada em 10 de Abril de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Cardoso Borges Soeiro*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça.

Regulamento da Formação para o Pessoal Técnico-Profissional do Centro de Identificação Civil e Criminal

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito material

A formação para a carreira do pessoal técnico-profissional do Centro de Identificação Civil e Criminal (CICC) é ministrada através de cursos de identificação que obedecem ao disposto no presente Regulamento e às regras que vierem a ser fixadas nos respectivos planos, aprovados por despacho do Ministro da Justiça.

Artigo 2.º

Objectivo

Constitui objectivo dos cursos de identificação proporcionar uma formação adequada e o conhecimento dos instrumentos técnico-profissionais necessários ao desempenho das funções, nos termos em que estão definidas no conteúdo funcional da respectiva carreira.

Artigo 3.º

Funcionamento dos cursos

Os cursos de identificação funcionam nas instalações do CICC, em Lisboa, podendo também realizar-se sessões lectivas e exames finais nas delegações, quando tal se justifique pelo número de formandos admitidos.

Artigo 4.º

Conteúdo dos planos

Os planos dos cursos de identificação devem incluir, nomeadamente, os seguintes elementos:

- a) A conformação temporal das sessões lectivas, dentro dos limites de duração fixados para o curso;
- b) A duração do curso, data de realização e local de funcionamento;
- c) A distribuição dos formandos em turmas;
- d) O conteúdo das disciplinas nucleares e complementares;
- e) A designação dos monitores para cada curso;
- f) O processo de realização das provas escritas finais.

Artigo 5.º

Organização

1 — A realização dos cursos de identificação é determinada por despacho do Ministro da Justiça, publicado no *Diário da República*.

2 — Os cursos de identificação são preenchidos com sessões lectivas, que compreendem:

- a) Aulas teóricas;
- b) Exercício tutelado de funções da normal actividade dos serviços de identificação;
- c) Outras actividades pedagógicas, nomeadamente conferências e visitas de estudo.

3 — Os cursos de identificação são constituídos por disciplinas nucleares e complementares.

4 — O elenco das disciplinas de cada curso e a distribuição global das unidades de tempo lectivo por cada disciplina constam no anexo a este diploma.

Artigo 6.º

Condições de admissão

1 — Na admissão aos cursos de identificação será dada preferência ao pessoal em serviço no CICC.

2 — Os candidatos admitidos à frequência dos cursos de identificação, bem como os excluídos, constarão de lista homologada por despacho do director do CICC, da qual será dado conhecimento aos interessados através de publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

3 — Os candidatos excluídos poderão, dentro do prazo de cinco dias úteis contados da data da publicação do aviso referido no número anterior, recorrer para o Ministro da Justiça.

CAPÍTULO II

Direitos e deveres dos formandos

Artigo 7.º

Princípios gerais

1 — O formando detém, durante a frequência dos cursos de identificação, todos os deveres e direitos inerentes à sua categoria.

2 — O formando é obrigado a seguir com assiduidade e pontualidade as sessões lectivas e a justificar as suas ausências e atrasos.

Artigo 8.º

Assiduidade

1 — Por falta entende-se a não comparência a uma unidade de tempo lectivo.

2 — Nos casos em que uma sessão lectiva sobre a mesma disciplina tenha duração superior a uma unidade de tempo lectivo e existir intervalo, a falta a um dos períodos é considerada falta a toda a sessão.

3 — O controlo de presenças dos formandos é feito pela assinatura de folhas, que serão recolhidas logo após o início da sessão lectiva. Sempre que tal não seja possível, cabe ao respectivo monitor proceder à anotação das faltas em folha própria.

4 — Compete ao júri do curso decidir sobre a justificação das faltas.

Artigo 9.º

Efeitos das faltas

1 — As faltas em número superior a 15% do total de unidades de tempo lectivo do curso determinam a exclusão do curso, equivalendo a falta de aproveitamento.

2 — O disposto no número anterior aplica-se igualmente quando as faltas excedam 20% do total de unidades de tempo lectivo de cada disciplina nuclear.

CAPÍTULO III

Júri e corpo docente

Artigo 10.º

Constituição do júri

Os cursos de identificação são orientados por um júri nomeado por despacho do Ministro da Justiça, sob proposta do director do CICC.

Artigo 11.º

Composição e competência do júri

1 — Ao júri do curso é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime previsto nos artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 44/84, de 3 de Fevereiro.

2 — Compete genericamente ao júri de cada curso deliberar sobre o aproveitamento e a classificação dos formandos.

3 — No âmbito da coordenação da actividade docente e de acompanhamento dos formandos, compete especificamente ao júri:

- Definir os critérios pedagógicos e de funcionamento do curso, nomeadamente na organização de turmas, distribuição do serviço lectivo e avaliação dos formandos;
- Preparar a documentação e a informação a distribuir aos formandos, em colaboração com os monitores;
- Propor a colaboração de outras entidades em actividades pedagógicas.

Artigo 12.º

Regime de docência

1 — A actividade docente será assegurada por monitores recrutados no âmbito da Administração Pública, preferencialmente de entre funcionários do quadro do CICC ou, na sua falta, de entre técnicos superiores dos organismos dependentes do Ministério da Justiça.

2 — Os monitores podem solicitar ao júri a colaboração de outras entidades para conferências, colóquios ou outras actividades pedagógicas.

3 — O exercício da actividade docente pode conferir, designadamente em caso de recrutamento externo, direito a uma retribuição, a fixar por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Justiça.

4 — Os funcionários ou agentes do Estado afectos à actividade docente em regime de tempo integral estão obrigados à prestação de serviço correspondente à duração do trabalho semanal vigente para a função pública, não podendo as sessões lectivas ocupar um período inferior a quinze horas semanais.

5 — O gozo de licença para férias durante o período da actividade de formação só pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, sem prejuízo do regular funcionamento dos cursos.

Artigo 13.º

Funções docentes

O exercício da actividade docente compreende, designadamente, o desempenho das seguintes funções:

- Dirigir as sessões lectivas;
- Elaborar e apresentar programas e sumários relativos às matérias ministradas;
- Orientar e acompanhar os formandos nas actividades pedagógicas realizadas;
- Avaliar e classificar os formandos, utilizando os métodos que para o efeito são referidos no presente Regulamento.

CAPÍTULO IV

Avaliação e classificação

Artigo 14.º

Avaliação

1 — A avaliação destina-se a apurar o grau de aquisição de conhecimentos do formando, a sua capacidade de interpretação e aplicação da legislação, o seu espírito crítico e o nível de exposição oral e escrita.

2 — Os formandos são avaliados atendendo aos objectivos dos cursos de formação e às matérias neles ministradas nas várias disciplinas, utilizando-se os seguintes processos:

- Trabalhos teóricos ou práticos;
- Relatórios sobre as actividades pedagógicas realizadas;
- Testes;
- Prova escrita final, por disciplina.

3 — A avaliação através dos processos previstos nas alíneas a), b) e c) do número anterior é da competência do monitor ou monitores responsáveis pela docência de cada disciplina.

4 — A avaliação através do processo previsto na alínea d) do n.º 2 deste artigo é da competência do júri dos cursos de formação, que pode solicitar a colaboração do monitor ou monitores responsáveis pela disciplina para a elaboração das provas e sua correcção.

5 — As provas escritas finais efectuam-se dentro do mês seguinte à última sessão lectiva, devendo ser publicitado o local, dia e hora da sua realização com, pelo menos, dez dias de antecedência.

6 — Durante a prestação das provas escritas finais o formando pode consultar todos os elementos de estudo que considerar necessários. A utilização de meios fraudulentos, designadamente a troca de informações sobre o conteúdo da prova, implica a sua anulação e consequente classificação de 0 valores.

Artigo 15.º

Classificação das disciplinas e da prova escrita

1 — O aproveitamento nas sessões lectivas apura-se pela classificação, numa escala de 0 a 20 valores, atribuída a cada uma das disciplinas.

2 — A classificação inferior a 10 valores numa disciplina nuclear implica a exclusão do formando da realização das provas escritas finais em todas as disciplinas e equivale a falta de aproveitamento no curso de formação.

3 — As provas finais são classificadas numa escala de 0 a 20 valores.

4 — A classificação de 0 valores é atribuída em caso de não comparência à prova escrita final.

5 — A classificação inferior a 10 valores na prova escrita final relativa a uma disciplina nuclear equivale a falta de aproveitamento no curso de formação.

6 — A classificação do conjunto das disciplinas resulta da média aritmética das obtidas em cada uma delas, ponderadas com os seguintes coeficientes:

Disciplina nuclear 1	10
Disciplina nuclear 2	5
Disciplina complementar 1	3
Disciplina complementar 2	1

Artigo 16.º

Classificação final

A classificação final do curso de identificação resulta da média aritmética simples da notação obtida no conjunto das disciplinas e na prova escrita final, traduzida numa das seguintes menções qualitativas correspondente a uma pontuação, de acordo com o intervalo de valores em que aquela se situar:

Muito bom — de 18 a 20 valores;
Bom — de 15 a 17 valores;
Apto — de 10 a 14 valores;
Não apto — inferior a 10 valores.

Artigo 17.º

Certificado de frequência com aproveitamento

1 — Aos formandos que frequentarem com aproveitamento os cursos ministrados pelo CICC serão entregues certificados comprovativos da formação profissional obtida.

2 — O modelo do certificado é aprovado por despacho do Ministro da Justiça, dele constando obrigatoriamente:

- Nome do formando e respectiva categoria;
- Curso frequentado, duração e data da avaliação;
- Pontuação atribuída e classificação obtida;
- Assinatura do presidente do júri, autenticada com selo branco.

Artigo 18.º

Não aproveitamento

1 — O formando a quem for atribuída a classificação final de *Não apto* só poderá candidatar-se à frequência do mesmo curso de formação decorrido um ano sobre a data da avaliação final.

2 — O formando que tenha obtido por duas vezes a classificação final de *Não apto* não poderá voltar a frequentar qualquer curso de formação.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 19.º

Apoio administrativo

O apoio de carácter administrativo inerente ao funcionamento dos cursos de identificação será assegurado pela Repartição Administrativa e pelo Departamento dos Cursos de Formação do CICC.

Artigo 20.º

Alargamento e redução da duração dos cursos

1 — O período de duração dos cursos deverá ser progressivamente alargado, de acordo com o nível de estruturação e o grau de desenvolvimento do Departamento dos Cursos de Formação e em função das necessidades dos serviços de identificação.

2 — A duração dos primeiros cursos de formação destinados a permitir o acesso a cada uma das categorias da carreira do pessoal técnico-profissional poderá ser reduzida por despacho do Ministro da Justiça.

Artigo 21.º

Número de formandos

1 — O número de formandos por cada curso não deverá exceder vinte, e devem ser adiados os cursos para que tenha havido número de admitidos inferior a oito.

2 — O Ministro da Justiça poderá autorizar o desdobramento do curso em duas turmas, quando o número de candidatos admitidos ou o número de lugares vagos justificarem a urgência da formação.

3 — Na hipótese prevista no número anterior, as aulas teóricas de cada turma deverão realizar-se de manhã e de tarde, enquanto as demais actividades pedagógicas serão conjuntas, mantendo-se o mesmo júri para o curso e os mesmos monitores.

Artigo 22.º

Contratação de monitores

1 — Quando não for possível o recrutamento de monitores nos termos do artigo 12.º deste Regulamento, e sempre que a especialidade das disciplinas aconselhe um recrutamento externo, poderá ser proposta a contratação de monitores.

2 — À celebração dos contratos previstos no número anterior aplicar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 280/85, de 22 de Julho.

Anexo a que se refere o n.º 4 do artigo 5.º

Disciplinas e respectiva distribuição temporal

	Nível 1	Horas
Nuclear 1 — Noções de Direito. Direito Civil. Identificação		90
Nuclear 2 — Direito Criminal e Processo Penal		60
Complementares 1:		
Dactiloscopia — Teoria e Prática		20
Registo e Estado Civil. Notariado		20
Complementares 2:		
Informática — Noções Gerais. Privacidade		10
Estrutura e Organização dos Serviços		10
	Nível 2	
Nuclear 1 — Identificação Civil. Conteúdo. Documentos ..		100
Nuclear 2 — Análise de Cadastros Criminais		70
Complementares 1:		
Nacionalidades — Legislação e Processo		30
Acesso aos Registos. Eliminação. Cancelamento		30
Complementares 2:		
Gestão dos Serviços. Clientes. Intermediários		20
Emissão Informática de BI e CRC		20

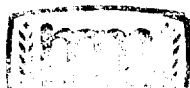
MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA AGRICULTURA, PESCAS E ALIMENTAÇÃO

Portaria n.º 316/89

de 4 de Maio

Tendo em conta o disposto no Acto de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias relativamente aos produtos agrícolas em transição por etapas, nomeadamente as disposições previstas no artigo 309.º, referente ao sector do leite e produtos lácteos, no qual se prevê a possibilidade de ainda no decurso da 1.ª etapa se proceder à introdução progressiva do esquema de ajudas comunitárias;

Considerando que, nos termos das disposições citadas do Acto de Adesão, se mostra oportuno regulamentar a aplicação em Portugal das normas constantes do Regulamento (CEE) n.º 1842/83, do Conselho, de 30 de Junho de 1983, e do Regulamento (CEE) n.º 2167/83, da Comissão, de 28 de Julho de 1983, relativas ao fornecimento de leite aos alunos dos estabelecimentos escolares a partir de 1 de Janeiro de 1989;



Considerando, por último, que são de vária ordem os factores condicionantes do insucesso escolar e que importa actuar no sentido de o combater:

Ao abrigo das disposições comunitárias e do Acto de Adesão citadas:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação, o seguinte:

1.º É instituída para vigorar no continente durante o ano de 1989 uma ajuda ao leite escolar.

2.º Os beneficiários da ajuda do leite escolar são os alunos dos jardins-de-infância, escolas primárias, postos de teleescola e escolas preparatórias oficiais, bem como das instituições de apoio a alunos deficientes com acordos com a Direcção-Geral do Ensino Básico e com o Instituto de Apoio Sócio-Educativo (IASE).

3.º O produto lácteo para o qual é concedida a ajuda é o leite meio gordo com chocolate ou aromatizado, pasteurizado ou esterilizado ou que tenha sido sujeito a um tratamento UHT e que contenha no mínimo 90% de peso de leite meio gordo.

4.º A distribuição de leite aos estabelecimentos de ensino referidos no n.º 1.º processar-se-á da seguinte forma:

Jardins-de-infância, escolas primárias, preparatórias e postos de teleescola oficiais — 2 dl de leite/dia/aluno;

Instituições de apoio a alunos deficientes — 4 dl de leite/dia/aluno.

5.º O montante da ajuda é de 97\$70 por litro de leite, sendo uma parte financiada pela Comunidade Económica Europeia FEOGA-Garantia e outra por fundos nacionais, a cargo do IASE e do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), não podendo a comparticipação deste último Instituto exceder 2 milhões de contos.

6.º A ajuda comunitária só é concedida para o leite produzido no país onde se localiza o estabelecimento escolar e para o tipo de produto referido no n.º 3.º

7.º A ajuda é concedida pelo INGA ao IASE nos seguintes moldes:

a) O pedido de pagamento deve ser apresentado pelo IASE ao INGA num impresso tipo, o qual deve conter as seguintes indicações:

Número de alunos a beneficiar;

Quantidades distribuídas;

Preço e montante da ajuda;

b) Para poder ser aceite o pedido de pagamento da ajuda deve o mesmo ser apresentado o mais tardar até ao último dia do quarto mês seguinte ao trimestre escolar a que diz respeito. Quando este prazo for ultrapassado em menos de dois meses, a ajuda é ainda paga mediante uma redução de 10%;

c) O pagamento é efectuado pelo INGA ao IASE no prazo de três meses a contar da data de apresentação do pedido;

d) O IASE deverá estabelecer um suporte administrativo que permita ao INGA efectuar as funções de controlo.

8.º O INGA deverá proceder à fiscalização e conferência de todos os documentos comprovativos de dis-

tribuição do leite escolar, quer a nível do estabelecimento de ensino, da delegação ou da direcção escolar, de modo a:

Assegurar a distribuição do leite escolar de acordo com o n.º 2.º, havendo o compromisso de que o produto utilizado não seja desviado do fim a que se destina;

Os montantes da ajuda deverem ser sempre justificados por facturas, as quais devem ser postas à disposição do INGA para efeitos de controlo.

9.º A presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 1989.

Ministérios das Finanças e da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Assinada em 18 de Abril de 1989.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — Pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, *Luís Gonzaga de Sousa Morais Cardoso*, Secretário de Estado da Alimentação.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 317/89

de 4 de Maio

Considerando que o Decreto Regulamentar n.º 68/85, de 24 de Outubro, veio definir a estrutura e orgânica dos Serviços Sociais da Universidade do Porto, criados pelo Decreto-Lei n.º 132/80, de 17 de Maio;

Considerando que aquele diploma, na orgânica definida, procurou atender à especificidade dos serviços em termos de organização estrutural adequada às suas necessidades, tendo em conta sobretudo a população a quem os mesmos se destinam;

Considerando a crescente complexidade e especificidade das áreas superintendidas pelos serviços operativos, nomeadamente a alimentação, alojamento, bolsas de estudo e empréstimos, documentação e material didáctico e procuradoria, e que as funções inerentes à direcção de tais serviços requerem um conhecimento correcto da orgânica e funcionamento dos Serviços Sociais da Universidade do Porto e ainda uma sensibilização específica para a percepção dos problemas dos estudantes e dos objectivos da acção social escolar universitária;

Considerando que não é viável encontrar a curto prazo, dentro da área de recrutamento legalmente estabelecida na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, funcionários que detenham os conhecimentos e a experiência nas áreas referidas e tidas pelas mais adequadas ao provimento do lugar em causa;

Considerando que, em tais circunstâncias, se justifica que seja alargada a área de recrutamento a candidatos que reúnam requisitos específicos essenciais;

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Educação, o seguinte:

1.º É alargada, a título excepcional, a área de recrutamento para o cargo de director dos serviços operati-

vos dos Serviços Sociais da Universidade do Porto, a que se refere o Decreto Regulamentar n.º 68/85, de 24 de Outubro, a técnicos superiores de 1.ª classe, titulares do grau académico de licenciado, com competência e experiência profissional comprovadas pelo efectivo exercício de funções que os qualifiquem para o desempenho do mesmo.

2.º O despacho de nomeação será acompanhado, para publicação, do currículo do nomeado.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 10 de Abril de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Portaria n.º 318/89

de 4 de Maio

Considerando a necessidade de criar no quadro único dos organismos e serviços centrais do Ministério da Educação um lugar na carreira de técnico superior, que será provido pelo funcionário que exerce o cargo de director-geral da Administração e Pessoal;

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Educação, criar no quadro único dos organismos e serviços centrais do Ministério da Educação, constante do anexo II à Portaria n.º 226-A/88, de 13 de Abril, um lugar de assessor principal, com provimento definitivo, o qual será extinto quando vagar.

Ministérios das Finanças e da Educação.

Assinada em 10 de Abril de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro da Educação, *José Augusto Perestrello de Alarcão Troni*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 319/89

de 4 de Maio

O Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro, que reviu o regime de financiamento à iniciativa privada no âmbito de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH), deferiu para regulamentação por portaria a fixação dos custos máximos de construção e dos valores máximos de venda das habitações promovidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, no âmbito de CDH celebrados e em curso à data da entrada em vigor do novo diploma.

Esse o objectivo da presente portaria, em que se tem igualmente em consideração a necessidade de simplificar e uniformizar o sistema em vigor para a habitação a custos controlados.

Assim, nos termos e em execução do disposto nos artigos 5.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1.º Os custos máximos de construção e os valores máximos de venda por metro quadrado de área bruta, por tipologias e zonas, das habitações promovidas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 236/85, de 5 de Julho, no âmbito de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH) celebrados e em curso à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro, são fixados de acordo com o disposto na Portaria n.º 828/88, de 29 de Dezembro.

2.º Os valores previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 39/89 são igualmente determinados de acordo com a portaria referida no número anterior.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 17 de Abril de 1989.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *José Manuel Alves Elias da Costa*, Secretário de Estado da Construção e Habitação.

Portaria n.º 320/89

de 4 de Maio

O Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro, que reviu o regime de financiamento à iniciativa privada no âmbito de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH), deferiu para regulamentação por portaria o estabelecimento das condições de financiamento ao equipamento complementar.

Daí a presente portaria, que traduz igualmente o objectivo de uniformização do sistema em vigor para a promoção de habitação a custos controlados.

Assim, nos termos e em execução do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que os empréstimos a conceder ao abrigo de contratos de desenvolvimento para habitação (CDH) para efeitos da alínea c) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 39/89, de 1 de Fevereiro, sejam regulados de acordo com o disposto na Portaria n.º 302/88, de 12 de Maio, com as necessárias adaptações.

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 17 de Abril de 1989.

O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*. — Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *José Manuel Alves Elias da Costa*, Secretário de Estado da Construção e Habitação.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 321/89

de 4 de Maio

O quadro de pessoal do Hospital Distrital de Bragança, aprovado pela Portaria n.º 622/80, de 16 de Setembro, encontra-se desactualizado passados oito anos, uma vez que algumas valências médicas necessitam de ser reforçadas quanto ao número de elementos para assim poder ser dada cabal resposta à procura existente.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, observado o disposto no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, e em conformidade com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei

n.º 59/76, de 23 de Janeiro, que o quadro de pessoal do Hospital Distrital de Bragança, aprovado pela Portaria n.º 622/80, de 16 de Setembro, posteriormente alterado pelas Portarias n.ºs 51/82, de 13 de Janeiro, 1242/82, 1315/82 e 1334/82, todas de 31 de Dezembro, 807-Z3/83, de 30 de Julho, 196/84, de 4 de Abril, 573/85, de 10 de Agosto, 253/86, de 26 de Maio, 491/87, de 11 de Junho, 544/87, de 2 de Julho, 890/87, de 20 de Novembro, e 150/88, de 10 de Março, seja alterado de acordo com o quadro anexo a este diploma.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 10 de Abril de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.

Quadro de pessoal do Hospital Distrital de Bragança

Grupos de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares	Letra de vencimento
.....
Pessoal técnico superior	Médica hospitalar
	Anestesiologia.....		Chefe de serviço hospitalar	1	B
			Assistente hospitalar.....	4	C/D
	Cirurgia geral.....		Chefe de serviço hospitalar	1	B
			Assistente hospitalar.....	5	C/D
	Medicina interna		Chefe de serviço hospitalar (c)	2	B
			Assistente hospitalar.....	7	C/D
	Oftalmologia.....		Chefe de serviço hospitalar	1	B
			Assistente hospitalar.....	2	C/D
	Ortopedia		Chefe de serviço hospitalar	1	B
			Assistente hospitalar.....	3	C/D
.....
.....

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO COMÉRCIO E TURISMO

Portaria n.º 322/89

de 4 de Maio

Considerando que pelo Decreto-Lei n.º 466/88, de 15 de Dezembro, transitam para a Direcção-Geral do Comércio Externo (criada pelo Decreto-Lei n.º 540/74, de 12 de Outubro) as atribuições que se encontravam cometidas ao Instituto dos Têxteis em matéria de apoio à definição da política comercial do sector, no âmbito de actuação do Ministério do Comércio e Turismo, bem como de acompanhamento da respectiva execução;

Considerando ainda a relevância do sector têxtil em termos de comércio externo e que a transição das funções referidas representa para a Direcção-Geral do Comércio Externo um acréscimo de tarefas e uma exigência de uma adequada especialização, carece esta Direcção-Geral de ser dotada de um quadro dirigente adaptado às suas actuais funções.

Nestes termos e nos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças e do Comércio e Turismo, o seguinte:

Artigo único. É criado um lugar de subdirector-geral no quadro de pessoal da Direcção-Geral do Comércio



Externo, constante do mapa X da Portaria n.º 704/87, de 18 de Agosto.

Ministérios das Finanças e do Comércio e Turismo.

Assinada em 6 de Abril de 1989.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *Miguel António Igrejas Horta e Costa*, Secretário de Estado do Comércio Externo.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Despacho Normativo n.º 39/89

Em 1981 foi criado um programa de apoio à construção e aquisição de sedes de junta de freguesia, visando colaborar no objectivo de dotar aquelas autarquias de instalações próprias, funcionais, dignas e adequadas ao desempenho das acções que aos respectivos órgãos estão cometidas.

A preocupação de rentabilizar a utilização dos recursos disponíveis e, simultaneamente, a de assegurar, de forma tão alargada quanto possível, a resolução das carências ainda detectadas neste domínio revela-se, porém, incompatível com a manutenção de situações de não utilização integral de verbas, de há muito atribuídas, por total ausência de apresentação de justificativo para o dispêndio dos adiantamentos entretanto processados. Em tais casos, torna-se legítimo pressupor a paralisação, se não mesmo o desinteresse e o abandono, do empreendimento financiado, mas ainda não realizado.

Urge, por isso, pôr termo a tão inaceitável situação, libertando verbas que se encontram cativas mas desaproveitadas e possibilitando a sua reafecção a novas utilizações mais racionais e prementes.

Tomam-se desde já medidas relativamente aos apoios determinados em 1981, 1982 e 1983, estando em estudo a possibilidade de fazer o mesmo relativamente aos anos subsequentes.

Nestes termos, determino o seguinte:

1 — As juntas de freguesia que, no decurso dos anos de 1981, 1982 e 1983, hajam sido contempladas, através de dotações do Orçamento do Estado, no âmbito do programa de financiamento da construção ou aquisição das respectivas sedes, e não tenham, até ao momento, encetado as diligências necessárias ao recebimento da totalidade da verba que lhes foi atribuída dispõem de um prazo de seis meses, contado a partir da data da publicação do presente despacho normativo, para apresentarem à Direcção-Geral da Administração Autárquica termos de responsabilidade, passados pela câmara municipal respectiva, justificando o dispêndio de adiantamentos já recebidos e comprovando o término da obra, ou escritura de aquisição.

2 — Transcorrido o prazo referido no número anterior, perdem as freguesias em causa o direito à percepção do remanescente ainda não transferido da verba

atribuída, dando-se por integralmente satisfeitos os compromissos assumidos pela administração central.

Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 11 de Abril de 1989. — O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 323/89

de 4 de Maio

Manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

1.º Ao abrigo do disposto nos artigos 5.º, 6.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 519-F2/79, de 29 de Dezembro, e nos artigos 1.º e 13.º do Decreto Regulamentar n.º 55/80, de 8 de Outubro, são criadas:

- A Conservatória do Registo Predial e Comercial de Aljezur, em regime de trianexação com os serviços de registo civil e do notariado do concelho;
- As Conservatórias do Registo Predial e Comercial da Nazaré e de Óbidos, em regime de anexação com os serviços de registo civil do concelho, dos quais são desanexados os do notariado.

2.º Todas as conservatórias agora criadas são de 3.ª classe.

3.º Os quadros de oficiais das repartições acima indicadas são os seguintes:

Concelhos	Serviços anexados		Cartórios notariais		
	Segundo-ajudante	Escrutário	Primeiro-ajudante	Segundo-ajudante	Escrutário
Aljezur	2	2	—	—	—
Nazaré	2	2	(a) 1	1	(b) 2
Óbidos	2	1	—	1	1

(a) A extinguir quando vagar.

(b) Um lugar só será preenchido quando vagar o de primeiro-ajudante.

4.º A data da entrada em funcionamento das novas conservatórias e da desanexação dos cartórios terá lugar em data a fixar por despacho do director-geral dos Registos e do Notariado.

Ministério da Justiça.

Assinada em 14 de Abril de 1989.

Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Cardoso Borges Soeiro*, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 324/89

de 4 de Maio

Manda o Governo, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, nos termos do § 1.º do artigo 158.º do Regulamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros,

com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 433/72, de 3 de Novembro, que o mapa do pessoal assalariado do Consulado de Portugal em Orleães, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1988, passe a ser o seguinte:

Consulado de Portugal em Orleães:

- 1 vice-cônsul;
- 1 chanceler;
- 2 secretários de 1.ª classe;
- 2 secretários de 2.ª classe;
- 1 contínuo (a).

(a) Lugar a extinguir quando vagar.

Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assinada em 10 de Abril de 1989.

Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *José Manuel Durão Barroso*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que em 28 de Março de 1989 a Suécia assinou e ratificou com reservas uma declaração à Convenção Europeia sobre o Reconhecimento e Execução das Decisões em Matéria de Guarda das Crianças e o Restabelecimento da Guarda das Crianças, de 20 de Maio de 1980.

Este instrumento entrará em vigor no que respeita à Suécia em 1 de Julho de 1989.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que os Governos de Singapura, da República Democrática Alemã e do Listenstaina depositaram junto do Secretário-Geral das Nações Unidas os seus instrumentos de acesso ao Protocolo de Montreal sobre as Substâncias Que Empobrecem a Camada de Ozono, nos dias 5 de Janeiro de 1989, 25 de Janeiro de 1989 e 8 de Fevereiro de 1989, respectivamente.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo da Venezuela depositou junto do Secretário-Geral das Nações Unidas o seu instrumento de ratificação do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias Que Empobrecem a Camada de Ozono, no dia 6 de Fevereiro de 1989.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que os Governos de Singapura, da República Democrática Alemã, do Listenstaina e do Panamá depositaram os seus instrumentos de acesso à Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono, junto do Secretário-Geral das Nações Unidas, nos dias 5 de Janeiro de 1989, 25 de Janeiro de 1989, 8 de Fevereiro de 1989 e 13 de Fevereiro de 1989, respectivamente.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que a Turquia depositou a 12 de Janeiro de 1989, junto do Governo Belga, os instrumentos de adesão à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança de Navegação Aérea EUROCONTROL, de 13 de Dezembro de 1960, emendada pelo Protocolo de 12 de Fevereiro de 1981, e ao Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, de 12 de Fevereiro de 1981.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se faz público que a Grécia depositou a 15 de Julho de 1988, junto do Governo Belga, os instrumentos de adesão ao Protocolo de 12 de Fevereiro de 1981, que emenda a Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança de Navegação Aérea EUROCONTROL, de 13 de Dezembro de 1960, e ao Acordo Multilateral Relativo a Taxas de Rota, de 12 de Fevereiro de 1981.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

Aviso

Por ordem superior se torna público que em 21 de Março de 1989 a Espanha assinou o Acordo do Conselho da Europa sobre a Transladação de Corpos de Pessoas Falecidas, de 26 de Outubro de 1963.

Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos, 18 de Abril de 1989. — O Director de Serviços dos Assuntos Multilaterais, *José Tadeu Soares*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 325/89

de 4 de Maio

O Decreto-Lei n.º 57/86, de 20 de Março, veio permitir que os cuidados de saúde prestados pelo Serviço Nacional de Saúde possam ser facturados aos subsis-

temas de saúde cujos beneficiários a ele recorram e a quaisquer entidades públicas ou privadas responsáveis pelo seu pagamento.

Os preços a estabelecer para os cuidados de saúde deverão aproximar-se, tanto quanto possível, do seu custo real, de forma a traduzirem os verdadeiros encargos com o sistema.

Estes encargos em caso algum serão suportados pelos utentes. Trata-se de apurar custos reais para facturação aos subsistemas de saúde, nomeadamente ADSE, ADME, SAMS e outras entidades públicas ou privadas.

Enquanto não for revisto o actual esquema de facturação, que se pretende, num futuro próximo, baseado nos grupos de diagnóstico homogêneos, há que proceder à actualização das tabelas aprovadas pela Portaria n.º 918/87, de 2 de Dezembro.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 57/86, de 20 de Março:

Manda o Governo, pela Ministra da Saúde, o seguinte:

1.º São aprovadas as tabelas de preços a praticar pelo Serviço Nacional de Saúde em relação a todos os subsistemas de saúde cujos beneficiários a ele recorram, bem como em relação a quaisquer entidades públicas ou privadas responsáveis pelo pagamento.

2.º Diárias de internamento:

1) Em regime de enfermaria:

Hospitais centrais, gerais e especializados	10 900\$00
Hospitais distritais	7 190\$00
Sanatórios	2 420\$00
Unidades de internamento dos centros de saúde	4 500\$00
Hospitais psiquiátricos e demais serviços de saúde mental...	3 300\$00

2) Em unidades de cuidados intensivos oficialmente reconhecidas...	20 000\$00
3) Em hospital de dia	2 100\$00

3.º Os preços referidos no número anterior envolvem todos os serviços prestados no internamento, salvo os constantes do n.º 11.º, que serão facturados segundo a tabela aí fixada.

4.º Consulta:

Hospitais centrais, gerais e especializados	1 500\$00
Hospitais distritais	1 000\$00
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (testes de avaliação)	1 800\$00
Sanatórios	750\$00
Centros de saúde	750\$00
Hospitais psiquiátricos e demais serviços de saúde mental	1 000\$00

5.º Os preços a que se refere o número anterior não englobam os meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros exames ou actos discriminados nos n.ºs 10.º e 11.º, que serão facturados de acordo com a tabela aí fixada.

6.º Serviço de atendimento permanente (SAP)

900\$00

7.º Urgência:

Hospitais centrais, gerais e especializados	3 300\$00
Hospitais distritais	2 100\$00

8.º Os preços estabelecidos no número anterior envolvem todos os serviços prestados na urgência, salvo os constantes do n.º 11.º, que serão facturados segundo a tabela aí fixada.

9.º Serviço domiciliário (apoio pós-parto)

1 700\$00

10.º Meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros actos:

	Hospitais centrais, gerais e especializados	Hospitais distritais	Unidades de internamento dos centros de saúde
Exames laboratoriais	285\$00	285\$00	285\$00
Exames laboratoriais de anatomia patológica	2 900\$00	2 600\$00	-\$
Exames laboratoriais de endocrinologia	800\$00	800\$00	-\$
Exames radiológicos	1 485\$00	1 045\$00	640\$00
Electrocardiogramas	750\$00	660\$00	660\$00
Electroencefalogramas	3 160\$00	3 160\$00	3 160\$00
Tratamentos de medicina física	320\$00	190\$00	-\$
Ecografia	2 500\$00	2 500\$00	-\$
Exame psicológico	2 415\$00	2 415\$00	-\$
Endoscopia	4 715\$00	4 715\$00	-\$
Endoscopia brônquica	9 200\$00	9 200\$00	-\$
Biopsia coriônica	10 000\$00	10 000\$00	-\$
Cordocentese	14 000\$00	14 000\$00	-\$
Coloscopia, vulvoscopia, electrocoagulação e tratamento de condilemas com ácido tricloroacético	4 000\$00	4 000\$00	-\$
Aspiração e criocoagulação	5 000\$00	5 000\$00	-\$
Histeroscopia e cirurgia per-histeroscópica	1 200\$00	1 200\$00	-\$
Ciclo completo do FIV	159 000\$00	-\$	-\$
Ciclo incompleto do FIV	126 000\$00	-\$	-\$
Estudos urodinâmicos	14 000\$00	14 000\$00	-\$
Exames audiométricos	1 100\$00	1 100\$00	-\$
Cirurgia laser CO2 (aplicada à ginecologia)	20 000\$00	20 000\$00	-\$

11.º Actos especiais:

	Hospitais centrais, gerais e especializados	Hospitais distritais	Unidades de internamento dos centros de saúde
Ressonância magnética	80 000\$00	80 000\$00	-\$
Angiografia digital	30 000\$00	30 000\$00	-\$
Potenciais evocados auditivos	20 000\$00	20 000\$00	-\$
Díalise	11 270\$00	11 270\$00	-\$
Litotricia (doente tratado)	180 000\$00	(a)	-\$
TAC	25 000\$00	(a)	-\$
Exame arco-aórtico	30 000\$00	30 000\$00	-\$
Cateterismo arco-aórtico	20 200\$00	20 200\$00	-\$
Estudos de vascularização pulmonar	14 950\$00	14 950\$00	-\$
Exames de gastroenterologia	4 600\$00	4 600\$00	-\$
Exames de neurorradiologia	11 500\$00	11 500\$00	-\$
Transplante renal	518 000\$00	-\$	-\$
Transplante cardíaco	575 000\$00	-\$	-\$
Pace-makers, válvulas e material de prótese arterial	(b)	(b)	-\$
Transplantes articulares e intercalares	46 800\$00	46 800\$00	-\$
Endopróteses	150 000\$00	150 000\$00	-\$
Transplante de córnea	223 000\$00	223 000\$00	-\$
Implante de lente intra-ocular	112 000\$00	112 000\$00	-\$
Cirurgia da vitreorretinopatia	274 000\$00	274 000\$00	-\$
Hemasereses	20 000\$00	20 000\$00	-\$
Transporte em helicópteros da FAP e em ambulâncias	(b)	(b)	(b)

(a) Conforme os custos, sem exceder o preço fixado para os hospitais centrais.
(b) Conforme os custos.

12.º Nos hospitais psiquiátricos e demais serviços de saúde mental são aplicáveis as tabelas referidas nos n.ºs 10.º e 11.º para hospitais centrais e distritais, respectivamente.

13.º Diárias de internamento em quarto particular:

	Especial	1.ª classe	2.ª classe	Semiprivado
Hospitais centrais	17 000\$00/20 800\$00	13 700\$00/16 000\$00	11 600\$00/13 600\$00	11 500\$00
Hospitais distritais	14 400\$00/16 000\$00	11 300\$00/13 600\$00	8 600\$00/11 200\$00	7 800\$00
Unidades de internamento dos centros de saúde	—	6 500\$00/ 8 000\$00	5 100\$00/ 6 400\$00	5 000\$00

14.º Os preços referidos no número anterior serão globais, incluindo todos os serviços prestados no internamento, à excepção dos honorários médicos e dos actos discriminados no n.º 11.º, a facturar segundo a tabela aí fixada.

15.º Nos centros regionais do Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil são aplicáveis as tabelas aprovadas pela presente portaria, bem como as que se encontram em vigor para os actos específicos efectuados nos referidos centros, até que as mesmas sejam revistas e actualizadas.

16.º — 1 — No Instituto de Oftalmologia do Dr. Gama Pinto são aplicáveis as tabelas constantes da presente portaria, na parte relativa a hospitais centrais, completadas nos termos seguintes:

- a) Angiografia fluoresceínica — 5 000\$;
- b) Exames electrofisiológicos — 5 000\$;
- c) Fotocoagulação laser — 7 500\$;

d) Próteses oculares — a debitar conforme os custos.

2 — Todos os subsistemas de saúde dependentes de entidades públicas ou privadas que mantêm contratos de prestação de cuidados na área de oftalmologia com o Instituto ficam também sujeitos ao pagamento dos preços constantes das tabelas aprovadas por esta portaria.

17.º Fica revogada a Portaria n.º 918/87, de 2 de Dezembro.

18.º A presente portaria produz efeitos a partir da data da sua publicação.

Ministério da Saúde.

Assinada em 17 de Março de 1989.

A Ministra da Saúde, *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.





DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8814/85

ISSN 0870-9963

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 63\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex

